

**PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS PRINCIPAIS CADEIAS
PRODUTIVAS DE CARNES EM SANTA CATARINA**

Alexandre Luís Giehl, Epagri/CEPA – alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Jurandi Teodoro Gugel, Epagri/CEPA – jurandigugel@epagri.sc.gov.br

Márcia Mondardo, Epagri/CEPA – mmondardo@epagri.sc.gov.br

Área temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Resumo

A produção de carnes de suínos e frangos são as duas principais atividades agropecuárias catarinenses, responsáveis por 38,9% do Valor Bruto da Produção do estado. Santa Catarina destaca-se nacionalmente na produção de suínos e frangos, ocupando a primeira e a segunda colocações no ranking, respectivamente. O desenvolvimento da suinocultura e da avicultura no estado está associado ao processo de ocupação do território, marcado pela predominância da agricultura familiar. No entanto, nas últimas décadas percebeu-se um processo de verticalização da produção, com a redução no número de produtores e aumento das escalas. Diante desse cenário, surge o questionamento quanto à atual participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas de carnes do estado de Santa Catarina. Para dimensionar a importância do segmento familiar nesse ramo, utilizou-se um conceito operacional de agricultura familiar. Partiu-se da relação de agricultores catarinenses que possuíam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa no período de 2013 a 2017. Esses dados foram cruzados com as Guias de Trânsito Animal emitidas pelo órgão estadual de sanidade animal cuja finalidade era o abate em estabelecimentos com inspeção sanitária. Foram identificados os agricultores familiares detentores de DAP que abateram frangos ou suínos nessas condições no período em análise. A partir das informações supramencionadas verificou-se que o número total de produtores de frangos caiu 10,96% no período em questão, enquanto o número de produtores de suínos teve queda de 13,60%. Levando em consideração a média dos cinco anos, os agricultores familiares representaram 76,00% dos produtores de suínos. Observou-se certa estabilidade nesse percentual, com queda mais significativa em 2017, quando o índice atingiu 73,88%. No caso dos frangos, na média os agricultores familiares representam 79,06% dos produtores, com oscilação negativa mais significativa em 2017. Em ambos os casos, as variações negativas podem ser decorrentes tanto do processo de verticalização das cadeias produtivas pecuárias vivenciada nos últimos anos, quanto da redução significativa no número de DAPs ativas verificadas a partir de 2016. A partir desse trabalho é possível concluir que, embora esteja em curso um processo de concentração da produção, evidenciado principalmente pela redução no número total de produtores das duas atividades, a agricultura familiar continua sendo um ator de grande relevância na produção de carnes em Santa Catarina. Contudo, a gradativa redução da participação desse segmento no total de avicultores e suinocultores merece atenção, sob o risco dessas atividades perderem ainda mais importância social nos próximos anos. Outrossim, acredita-se que a adoção de conceitos menos operacionais e mais generalistas resultaria em números distintos daqueles aqui apresentados e, provavelmente, apontaria para uma participação ainda mais expressiva da agricultura familiar nessas cadeias produtivas.

Palavras-chave: agricultura familiar; carnes; pecuária.

1. Introdução

Em que pese ocupar apenas 1,12% do território nacional, Santa Catarina é um dos estados mais importantes na produção agropecuária brasileira. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento referentes ao ano de 2017, o estado ocupa a 8ª posição no ranking nacional quando se considera o Valor Bruto da Produção - VBP (Mapa, 2018). Grande parte desse destaque do estado deve-se ao elevado valor agregado de algumas das atividades desenvolvidas no rural catarinense, como é o caso da produção animal. Para que se tenha uma ideia, a pecuária contribuiu com 60% do VBP total da agropecuária catarinense em 2017 (Epagri/Cepa, 2017). Dentre os cinco principais produtos que compõem o VBP de Santa Catarina, três são de origem animal: frangos, suínos e leite.

Tratando-se especificamente das carnes, estas representam 38,88% do VBP agropecuário do estado, considerando-se apenas o valor das duas principais (frangos e suínos), calculado pela Epagri/Cepa (2017). Em termos nacionais o estado também se destaca nesses produtos. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao ano de 2016, Santa Catarina é o maior produtor de carne suína do país, respondendo por 26,11% do total nacional (IBGE, 2018). Em relação à carne de frango, o estado é responsável por 16,02% da produção nacional, ocupando a 2ª colocação no ranking.

De acordo com os dados da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc, sistematizados e divulgados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri, em 2017 foram produzidos em Santa Catarina e destinados ao abate um total de 12,69 milhões de suínos e 883,04 milhões de frangos¹. (Epagri/Cepa, 2018).

Em termos de abrangência social, os dados referentes às unidades de exploração pecuária da Cidasc do ano de 2017 apontam a existência de 13 mil produtores comerciais de suínos no estado, incluindo todas as categorias: animais de corte, granjas de reprodutores de suínos certificadas, matrizes e reprodutores (Epagri/Cepa, 2017). No caso do frango, o número de produtores comerciais registrados é de 6,2 mil, levando-se em consideração somente as aves de corte.

Embora ocorra produção de animais em todas as regiões do estado (no caso dos bovinos, por exemplo, há registro da presença dessa espécie em todos os 295 municípios catarinenses), percebem-se diferenças muito grandes entre estas em termos entre as mesmas. De forma geral, a pecuária catarinense encontra-se fortemente concentrada na mesorregião Oeste Catarinense,

¹ Contabiliza-se apenas os animais abatidos em estabelecimentos que recebem algum tipo de inspeção sanitária (municipal, estadual ou federal).

especialmente a produção de animais destinados ao abate. Em 2017, essa mesorregião foi responsável por 79,43% da produção estadual de frangos de corte e 78,86% dos suínos.

O desenvolvimento da produção de carnes em Santa Catarina, especialmente a suinocultura e a avicultura no Oeste Catarinense, está fortemente associado ao processo de ocupação do território, marcado pela predominância da agricultura familiar, bem como à implantação de complexos agroindustriais naquela região.

1.1. Breve contexto histórico

Conforme aponta Bavaresco (2005), mesmo antes da chegada dos primeiros colonizadores ao Oeste Catarinense, os caboclos que habitavam a região já criavam animais, como bovinos (para tração e transporte) e, em maior número, suínos (para alimentação ou trocas por outros produtos). Tratava-se de um “sistema primitivo”, em que os animais eram criados soltos e se alimentavam de frutos e outras partes vegetais disponíveis na região.

Talamini e Kinpara (1994) afirmam que a colonização do Oeste Catarinense teve início no princípio do século XX, principalmente em decorrência da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, ferrovia que cortava o estado na região do Rio do Peixe. Já no Extremo Oeste a colonização iniciou-se na década de 1920, com a vinda de imigrantes de regiões coloniais mais antigas do Rio Grande do Sul. A maioria desses imigrantes eram descendentes de europeus que haviam migrado para o Brasil no século XIX. Os autores prosseguem destacando que os novos ocupantes da região, de forma semelhante ao que faziam em suas áreas de origem, dedicaram-se à produção de trigo, milho e suínos.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas em todo o processo de ocupação da região Oeste Catarinense foi a distância desta em relação aos centros consumidores e a inexistência ou baixa qualidade das vias de acesso. Tal situação era um empecilho à saída dos excedentes produtivos daquela região. Por outro lado, conforme aponta Bavaresco (2005), essa condição estimulou aumentos na criação de porcos e galinhas, seja pela disponibilidade de alimentos para os animais ou pela necessidade de obtenção de produtos com maior valor agregado. Além disso, “com a dificuldade de se transportar os grãos, era preferível produzir algo que se movia, no caso o suíno”. (GRANDO, 2001 *apud* BAVARESCO, 2005). Bavaresco ainda ressalta que desde os primórdios da colonização, toda a dinâmica de produção foi baseada na organização familiar, inclusive a produção de animais.

Nesse período estabeleceu-se um comércio de suínos vivos e banha oriundos da região, principalmente com o Rio Grande do Sul e São Paulo. Contudo, com a rentabilidade da

atividade e o aumento no número de animais produzidos, logo começaram a surgir iniciativas de industrialização da produção. Na década de 40 foram fundados os três primeiros frigoríficos de suínos, todos no vale do Rio do Peixe. Os principais produtos oriundos dessas unidades eram a banha, a linguiça e a carne salgada. (TALAMINI e KINPARA, 1994).

Ainda segundo Talamini e Kinpara, o advento do óleo vegetal como substituto da banha no final da década de cinquenta, levou a uma mudança na orientação da produção de suínos, que passa a buscar a produção de carne e não mais de gordura. Dentre outras mudanças observadas nesse período, destacam-se a introdução de animais de raças especializadas na produção de carne, novos padrões alimentares e de manejo. Nessa época iniciaram-se na região Oeste Catarinense os primeiros programas de fomento à suinocultura. A integração propriamente dita surgiu na avicultura, no início da década de sessenta, após visita de técnicos das indústrias catarinenses aos Estados Unidos.

Segundo dados apresentados por Bavaresco (2005), em 1965 Santa Catarina era o 4º maior produtor de suínos do país, atrás de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. O autor ainda aponta que “o aumento da demanda de matéria-prima para as agroindústrias contribuiu para o surgimento de uma produção organizada no seio da propriedade, que tinha por base o trabalho familiar”. (BAVARESCO, 2005). Através dessa aproximação com esses agricultores, as agroindústrias garantiam um abastecimento mais regular.

Com tal dinâmica, observou-se crescimentos bastante vigorosos na produção catarinense de suínos e aves, em especial durante os anos 1970 e 1980. Conforme apontam Talamini e Kinpara (1994), em 1988 atuavam na avicultura 4.799 produtores que respondiam por 100% da oferta de animais para o abate, sendo praticamente toda a produção realizada já sob o sistema de integração. Ainda segundo esses autores, para o mesmo ano, a suinocultura apresentava 24.056 produtores integrados, com uma média de 6 matrizes cada, produzindo cerca de 70% dos animais abatidos. A produção própria das empresas era de 16,3%, enquanto 14,3% eram oriundos de produtores independentes.

Nesse momento as duas atividades já se encontravam em movimentos um pouco distintos em relação à sua amplitude e abrangência social. Enquanto a avicultura ainda encontrava-se em ampliação no número de produtores (o que efetivamente viria a ocorrer durante os anos seguintes), a suinocultura havia experimentado seu boom em períodos anteriores, quando o número de produtores era mais expressivo e a atividade era desenvolvida de forma mais difusa. Além de questões econômicas, alguns autores atribuem a redução no número de produtores do estado à ocorrência de focos de peste suína e à campanha de erradicação promovida após esse

fato.

Nas últimas décadas percebe-se um processo de verticalização da produção de ambas as cadeias produtivas, com a redução no número de produtores, tecnificação dos sistemas de produção e aumento no tamanho mínimo das estruturas.

Diante desse cenário, surge o questionamento que orienta o presente trabalho: qual é a atual participação dos agricultores familiares nas duas principais cadeias produtivas de carnes do estado de Santa Catarina?

2. Metodologia

O presente artigo busca identificar a participação de agricultores familiares nas principais cadeias produtivas de carnes no estado de Santa Catarina. A questão central orientadora deste estudo foi: dentre os produtores que destinaram animais para abate nos últimos anos, quantos são agricultores familiares?

Para responder a essa questão, utilizou-se informações de diversas fontes, conforme detalhado na sequência. Inicialmente, definiu-se por delimitar o presente estudo nas duas principais espécies produzidas em Santa Catarina com a finalidade de obtenção de produtos cárneos: frangos e suínos. Esse recorte pauta-se tanto em parâmetros econômicos (VBP dessas atividades) quanto sociais (número de produtores envolvidos nessas cadeias).

Para identificar o total de produtores que destinaram animais para abate, utilizou-se como base as informações das Guias de Trânsito Animal (GTA) emitidas pela Cidasc² no período de 2013 a 2017. A GTA é um documento oficial de emissão obrigatória tanto para o trânsito intraestadual como interestadual de animais. A GTA permite aos serviços de defesa agropecuária acompanharem a movimentação de animais, identificando a origem e o destino dos mesmos, bem como a finalidade da movimentação (abate, feiras/exposições, engorda, etc.).

A Cidasc disponibilizou à Epagri/Cepa os dados das GTAs emitidas nos últimos 5 anos (2013 a 2017), período em que se encontra em funcionamento o Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense (Sigen). Com o uso do *software* SAS (*Statistical Analysis Software*), primeiramente identificou-se o total de produtores que emitiram GTA com finalidade de abate para alguma das espécies de interesse. Utilizou-se como referência o número do CPF ou CNPJ do responsável de cada GTA. As repetições não foram contabilizadas, de forma a se obter a quantidade real de pessoas físicas ou jurídicas que destinaram animais para abate a cada ano

² A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, é a empresa pública responsável pelas ações de sanidade animal e vegetal do estado de Santa Catarina.

(2013 a 2017). É importante destacar que esse processo permite identificar apenas os animais abatidos em estabelecimentos credenciados junto a algum dos serviços de inspeção previstos na legislação (SIM, SIE e SIF).

Após a identificação dos produtores que destinaram animais para abate a cada ano, partiu-se para a etapa seguinte, que consistiu em verificar quais desses enquadraram-se na categoria “Agricultor Familiar”, conforme estabelecido no âmbito da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Para possibilitar a realização do presente trabalho optou-se pela adoção de um conceito mais operacional, partindo-se do pressuposto de que são agricultores familiares os indivíduos (e suas respectivas famílias) que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Para viabilizar a ação supramencionada, obteve-se junto à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead)³ a relação das DAPs emitidas em Santa Catarina a partir do ano 2001 contendo, entre outras coisas, informações que permitissem identificar se o referido documento apresentava o status de “ativo” (vigência, versão e cancelamentos)⁴.

Inicialmente, identificou-se as DAPs ativas a cada ano no período de 2013 a 2017 (período abarcado pelo presente estudo). Na sequência, novamente utilizando-se o *software* SAS, as DAPs ativas foram cruzadas com a relação de produtores que emitiram GTAs com finalidade de abate de frangos e suínos, previamente identificados. Para tal cruzamento utilizou-se como parâmetro o(s) número(s) do(s) CPF(s) constante(s) na DAP. No caso de dupla titularidade, o *software* buscou separadamente na relação de GTAs cada um dos CPFs constantes na DAP, visto que a GTA poderia ter sido emitida para qualquer um dos cônjuges, a depender de quem constasse como responsável pelos animais no cadastro realizado pela Cidasc.

Em relação à vigência da DAP, ressalta-se que foi levado em consideração apenas se a mesma apresentou o status de “ativa” em qualquer período do ano analisado e não no momento da emissão da GTA. Por exemplo, se determinada DAP esteve ativa até o mês de abril e a GTA somente foi emitida em novembro do mesmo ano, considerou-se que essa operação foi realizada por agricultor familiar. Tal procedimento visou viabilizar a análise dos dados disponíveis de

³ Com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em maio de 2016 (Medida Provisória nº 726, de 12/05/2016), as competências desse ministério foram transferidas originalmente para o Ministério do Desenvolvimento Social (que passou a se denominar Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA). Posteriormente, o Decreto nº 8.780, de 27/05/2016, transferiu a Sead do MDSA para a Casa Civil da Presidência da República.

⁴ Segundo a Sead, DAP Ativa é aquela emitida e registrada na base de dados da Secretaria, sem erros ou vícios de emissão, que combina dois “status”: “Última Versão” e “Válida”. Não existem duas DAP ativas para o mesmo CPF.

forma mais célere, já que permitia estabelecer mais facilmente o conjunto de DAPs consideradas ativas a cada ano. Apesar da adoção de um conceito operacional (compreendendo como agricultores familiares os indivíduos detentores de DAP), entende-se que essa opção metodológica não afeta significativamente a interpretação dos resultados, já que são improváveis no curto prazo alterações tão significativas que inviabilizem o enquadramento do produtor na categoria de agricultor familiar.

A partir das operações supramencionadas, obteve-se as relações de produtores que destinaram animais para abate nos anos de 2013 a 2017, separadas por ano e por espécie, as quais serão analisadas na sequência.

3. Resultados e discussão

A partir do cruzamento das informações supramencionadas, obteve-se os dados contidos na Tabela 1, que apresentam a evolução no número total de produtores que destinaram suínos ou frangos⁵ para abate nos anos de 2013 a 2017.

Tabela 1 – Total de produtores que destinaram animais para abate – Santa Carina - 2013 a 2017.

Espécie	Número de produtores				
	2013	2014	2015	2016	2017
Suínos	8.926	8.567	8.357	8.095	7.712
Frangos	7.507	7.466	7.211	7.051	6.684

Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc.

Não obstante a importância da pecuária na economia catarinense, o número de produtores apresentou redução no decorrer dos cinco anos analisados nas três espécies consideradas, conforme pode ser visto na tabela acima.

Por outro lado, a produção estadual no período cresceu (no caso dos suínos) ou apresentou queda bem inferior à taxa de redução no número de produtores (no caso dos frangos), o que significa que houve um processo de concentração nessas cadeias produtivas, com um número menor de produtores produzindo quantidades semelhantes ou superiores ao período anterior.

Os dados relativos ao número de produtores de cada espécie, bem como a participação da agricultura familiar nesse conjunto serão apresentados com mais detalhes nos tópicos a seguir.

⁵ No presente trabalho a utilização do termo “frangos” inclui as diversas categorias de ambos os gêneros da espécie *Gallus gallus domesticus*, inclusive as aves criadas para propósitos distintos do abate (reprodução, postura, etc.) e que ao término de seu ciclo produtivo são destinadas ao abate. Contudo, os frangos de corte, criados especificamente com essa finalidade, constituem-se em mais de 97% dos galináceos produzidos em Santa Catarina.

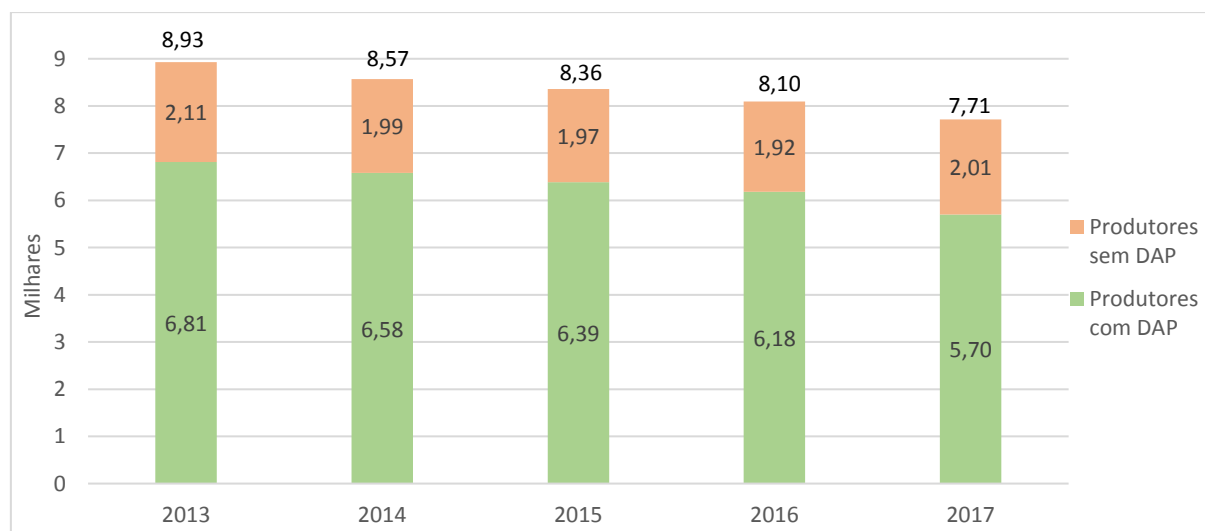
3.1. Suínos

O número de suinocultores foi o que apresentou a maior redução dentre as espécies analisadas. Em 2013, o número de produtores que destinaram animais para abate em estabelecimentos inspecionados foi de 8.926, número que caiu para 7.712 em 2017, o que representa uma queda de 13,60% no período.

Houve queda no número de produtores em todos os anos, em especial em 2017, quando a variação em relação ao total do ano anterior atingiu -4,73%. Essa redução no número de produtores pode estar associada à forte crise enfrentada pela suinocultura em 2016, quando os preços do milho (principal componente da ração) atingiram recordes históricos e, por outro lado, os preços do suíno vivo não acompanharam esse movimento em função da estagnação da economia. Com isso, é possível que muitos suinocultores tenham desistido da atividade durante o ano de 2016, o que se refletiu sobre os números de 2017, quando não mais comercializaram animais.

O gráfico da figura 1 apresenta a evolução ano a ano no número de produtores. Além do total, os dados são apresentados estratificados em dois grupos, de acordo com o perfil do produtor responsável pela atividade suinícola no estabelecimento rural: “Produtores sem DAP” e “Produtores com DAP”.

Figura 1 – Quantidade de produtores que destinaram suínos para abate, por categoria – Santa Catarina – 2013 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Conforme já mencionado anteriormente, registra-se queda de 13,60% no total de produtores entre 2013 e 2017. No entanto, ao analisar os dados estratificados, percebe-se diferenças bastante significativas entre os dois grupos. Enquanto os produtores sem DAP

XII Encontro de Economia Catarinense

Data: 10 e 11 de maio de 2018

Local: Uniplac – Lages – SC

tiveram queda de 4,64%, dentre os produtores com DAP observa-se redução de 16,38% no mesmo período. Em 2017, aliás, o número absoluto de produtores sem DAP cresceu 5,17% em relação ao ano anterior, sendo esse o único movimento de crescimento ocorrido no período analisado neste artigo (seja por categoria ou no total de produtores).

Além de uma provável concentração da produção, fenômeno que vem sendo observado na maioria das cadeias produtivas da agropecuária nas últimas décadas, há outras possíveis explicações para as diferenças entre as taxas de decréscimo das duas categorias e, inclusive, para a variação positiva no número de produtores sem DAP em 2017. Conforme detalhado na metodologia, adotou-se uma definição operacional de agricultura familiar, utilizando como parâmetro para considerar o produtor enquadrado nessa categoria a vinculação do mesmo a alguma DAP ativa no ano em que se emitiu a GTA com finalidade de abate.

Segundo as normas atualmente vigentes, a DAP possui vigência de três anos. Caso a vigência da DAP expire e o agricultor não busque algum dos agentes para a emissão de novo documento, formalmente ele deixa de ser considerado agricultor familiar. Além disso, se durante a vigência o agricultor deixar de atender alguma das condições para o enquadramento na categoria⁶, pode ter a DAP cancelada.

Segundo análises preliminares realizadas no cadastro de DAPs de Santa Catarina, verifica-se que em 2016 e 2017 observou-se queda significativa na quantidade desse documento na condição ativa. Embora esse fenômeno demanda estudos mais aprofundados para que avaliem suas razões, não é improvável que isso tenha afetado de alguma forma os enquadramentos dos suinocultores avaliados neste artigo.

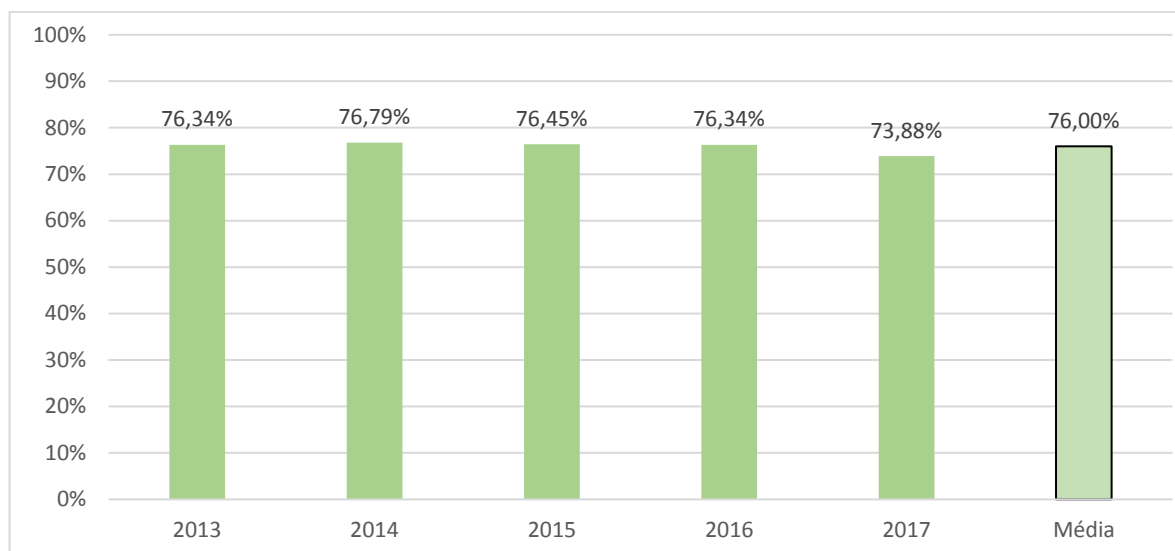
Não obstante as variações mencionadas nos parágrafos anteriores, a participação dos agricultores familiares dentre o total de suinocultores que destinaram animais para abate é bastante significativa durante todo o período analisado no presente artigo.

A figura 2 apresenta a participação percentual dos agricultores familiares no total de

⁶ Segundo o Manual de Crédito Rural (MCR, 2018) são beneficiários do Pronaf os agricultores que atendam essencialmente às seguintes condições: a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas; b) residem no estabelecimento ou em local próximo; c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; d) no mínimo, 50% da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, observado ainda o disposto na alínea "h"; e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00, considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção, 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar.

produtores ao longo dos cinco anos analisados. Na média do período, 76% dos produtores que destinaram suínos para abate em estabelecimentos inspecionados eram agricultores familiares.

Figura 2 – Participação da agricultura familiar entre os produtores que destinaram suínos para abate – Santa Catarina – 2013 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Como é possível perceber, a participação de agricultores familiares no total de produtores manteve-se estável ao longo de quase todo o período, somente sofrendo uma variação mais considerável em 2017, o que tanto pode estar associado à crise vivenciada pela suinocultura (e pelo setor de produção de carnes como um todo) em 2016 quanto à redução no número de DAPs ativas registrada a partir de 2016. Contudo, são necessários estudos mais aprofundados para compreender as reais razões dessa variação.

Embora em termos proporcionais os agricultores familiares continuem representando parcela significativa do total, é importante destacar que em números absolutos percebe-se variações bastante significativas, o que pode significar mudanças ainda mais expressivas na importância social da atividade suinícola para o meio rural catarinense. Sinal disso é a redução de 1.116 produtores com DAP entre 2013 e 2017. No mesmo período, registram-se 98 produtores sem DAP a menos. Quando se leva em consideração o período 2013 a 2016, a redução no número de produtores com DAP é de 634, enquanto os sem DAP tiveram redução de 197 indivíduos.

3.2. *Frangos*

Assim como os suinocultores, o número de produtores também apresentou queda bastante expressiva no período considerado. Em 2013, 7.507 produtores destinaram frangos para abate

XII Encontro de Economia Catarinense

Data: 10 e 11 de maio de 2018

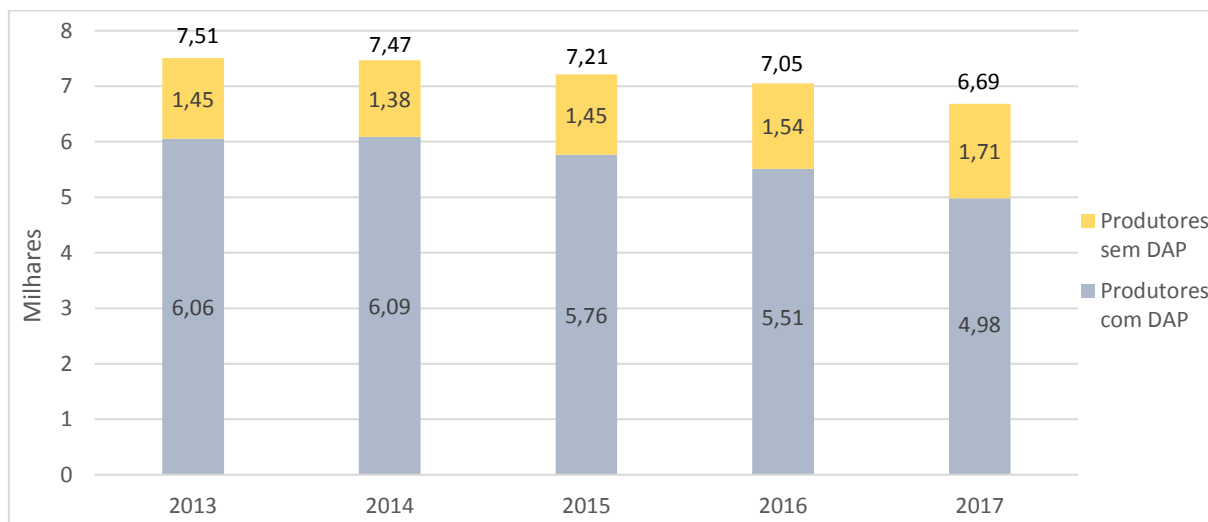
Local: Uniplac – Lages – SC

em estabelecimentos inspecionados, número que caiu para 6.684 em 2017, o que significa uma redução de 823 ou queda de 10,96%.

Todos os anos analisados registraram queda no número de produtores em relação ao período anterior. A maior variação foi registrada em 2017, quando a redução foi de 5,20%. De forma semelhante ao que ocorreu na suinocultura, a redução no número de produtores pode estar associada à crise enfrentada pelo setor avícola em 2016, com o preço do milho (principal componente da ração) atingindo patamares históricos e, por outro lado, os preços do frango limitados pela estagnação no consumo decorrente da crise na economia. Essa crise atingiu as agroindústrias, já que praticamente toda a produção catarinense de frangos é realizada em regime de integração. Durante o ano de 2016 houve o fechamento de algumas agroindústrias, localizadas no estado do Paraná, mas com alguns integrados em Santa Catarina.

A figura 3 apresenta a evolução no número de total de produtores, bem como a estratificação em dois grupos, de acordo com o perfil do produtor responsável pela atividade avícola no estabelecimento rural: “Produtores sem DAP” e “Produtores com DAP”.

Figura 3 – Quantidade de produtores que destinaram frangos para abate, por categoria – Santa Catarina - 2013 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Se o total de produtores caiu 10,96% entre 2013 e 2017, no caso dos avicultores com DAP a redução foi ainda maior: 17,78%. Por outro lado, o número de avicultores sem DAP cresceu 17,51% no mesmo período.

Essas tendências distintas entre as duas categorias de produtores podem ter várias origens. Uma das explicações plausíveis é que esse movimento está associado à tendência de concentração da produção agropecuária, assim como já mencionado para o caso da

suinocultura. Esse fenômeno ajuda a compreender a redução no número total de produtores observada ano após ano. Contudo, a redução no número de agricultores familiar pode ter outras explicações, semelhantes às aquelas apresentadas para o caso da suinocultura.

Conforme mencionado anteriormente, em 2016 e 2017 observou-se uma redução bastante significativa no número de DAPs ativas em Santa Catarina, fenômeno que ainda segue incompreendido e certamente demandaria uma análise mais aprofundada para ser devidamente esclarecido. Como descrito na metodologia, no presente trabalho se utilizou um conceito operacional de agricultura familiar, contabilizando nesse segmento somente aqueles que possuíam DAP no ano analisado. Assim, é possível que parte dos avicultores estivessem na parcela que deixou de ter DAP ativa em 2016, impactando na composição dos grupos no ano seguinte. Para que se compreenda efetivamente essas alterações ocorridas no perfil dos avicultores, seria necessário realizar uma avaliação específica e individualizada, de forma a verificar se o grupo dos produtores sem DAP aumentou por conta da “migração” de produtores com DAP ou se foram elementos externos que se agregaram a esse conjunto.

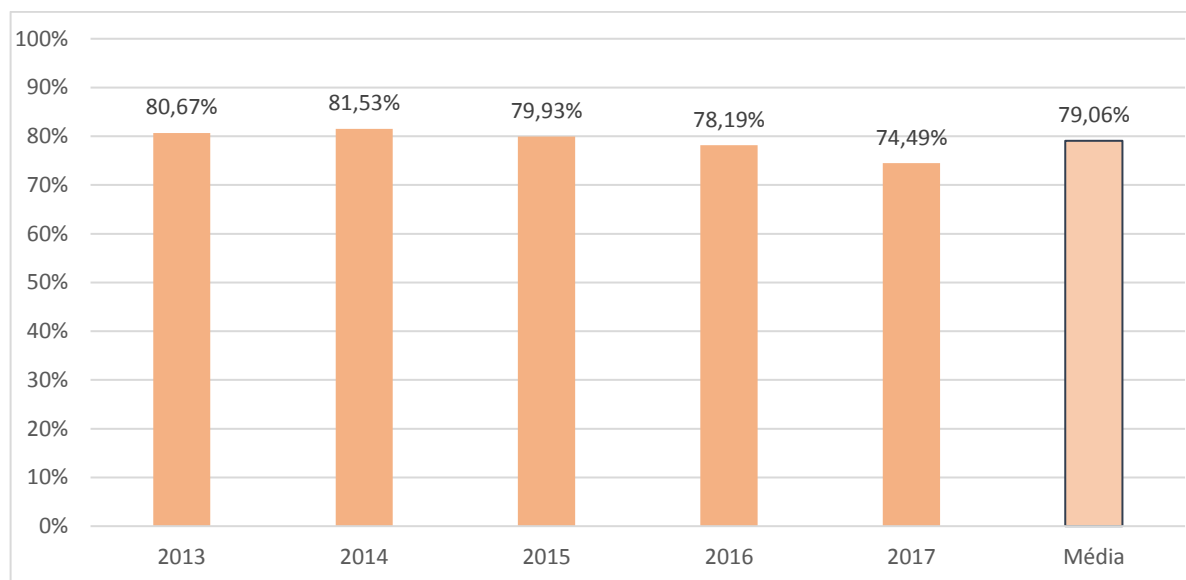
É necessário esclarecer que a redução no número de DAPs ativas no estado pode ter ocorrido por razões diversas. Uma das explicações é que parte dos produtores deixaram de atender às condições para enquadramento no Pronaf, conforme previsto no Manual de Crédito Rural. Contudo, os parâmetros utilizados para esse enquadramento normalmente não sofrem alterações tão bruscas e, principalmente, num conjunto tão grande de agricultores.

Outra explicação para essas alterações pode estar no fato de que, após expirada a vigência da DAP, o agricultor simplesmente não buscou algum agente emissor para a obtenção de novo documento. Essa hipótese teria que estar respaldada no pressuposto de que os agricultores que não renovaram suas DAPs avaliam que não se enquadram mais nos critérios já mencionados ou não têm mais interesse nos benefícios oriundos da condição de agricultor familiar, como é o caso do acesso ao crédito do Pronaf (a juros amplamente subsidiados) e às demais políticas públicas de âmbito federal (Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Habitação Rural, Programa Nacional de ATER, entre outros) ou estadual (Troca-troca de calcário, Troca-troca de milho, Programa de Fomento, entre outros).

Apesar das quedas citadas anteriormente, há que se reconhecer que a participação dos agricultores familiares dentre o total de avicultores que destinaram frangos para abate ainda é expressiva. A figura 4 apresenta o percentual de agricultores familiares no total de produtores ao longo dos cinco anos analisados. Na média, 79,06% dos produtores que destinaram frangos

para abate em estabelecimentos inspecionados no período de 2013 a 2017 eram agricultores familiares.

Figura 4 – Participação dos agricultores familiares entre os produtores que destinaram frangos para abate – Santa Catarina - 2013 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

A participação de agricultores familiares no total de avicultores manteve-se relativamente estável durante a maior parte do período analisado, chegando inclusive a aumentar em 2014. Contudo, a partir de 2015 a participação caiu novamente, com a queda mais significativa sendo observada em 2017.

Entre 2013 e 2017 o número de agricultores familiares envolvidos na cadeia produtiva da avicultura saíram de 6.056 para 4.979, ou seja, uma redução de 1.077 agricultores (-17,78%). Mais uma vez é importante destacar que neste artigo fizemos uso do conceito operacional de agricultura familiar. Assim, talvez o mais correto seja afirmar que houve redução no número de produtores com DAP ativa. A adoção de outros conceitos certamente daria origem a números distintos dos aqui apresentados.

De qualquer forma, apesar das variações negativas nos últimos anos, há que se mencionar que a participação do segmento familiar continua bastante expressiva, com média de 79,06% nos cinco anos. É claro que esse percentual provavelmente não se expressa em termos de participação no volume de produção, já que dentre os avicultores não-familiares há alguns com estruturas de produção acima da média.

4. Considerações finais

A produção de carnes, em especial de suínos e aves, constitui-se em “carro chefe” da agropecuária catarinense. A importância e a excelência atingidas por essas atividades são frequentemente correlacionadas ao processo de ocupação do território catarinense, à atual estrutura fundiária e à presença mercante da agricultura familiar na produção animal desde os primórdios da colonização.

Embora se tenha concordância com os fatores anteriormente elencados, há que se agregar outros elementos a essa análise. O estado de Santa Catarina caracteriza-se pela presença de um serviço de pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural presente em praticamente todo o território e cuja excelência é amplamente reconhecida. Da mesma forma, o serviço de defesa sanitária possui reconhecimento nacional e internacional, sendo responsável por garantir um status sanitário diferenciado ao estado. Além disso, o setor produtivo, seja por meio das agroindústrias ou das cooperativas demonstrou ao longo das décadas uma grande capacidade de articular os diversos elos da cadeia, garantindo a expansão dessas atividades.

Contudo, se se por um lado o sistema de integração, amplamente adotado na produção de carnes em Santa Catarina, garantiu a expansão e consolidação dessas atividades, por outro surgiram questionamentos quanto à adequação dos mecanismos de vinculação do agricultor às agroindústrias e, mais recentemente, quanto à abrangência social dessas atividades.

A importância econômica da produção de aves e suínos para Santa Catarina é inegável e os números relativos à produção, VBP e exportação ratificam essa percepção. Contudo, o processo de concentração da produção, com a redução no número de produtores, causa muita preocupação quanto ao futuro dessas atividades.

Essa preocupação motivou o presente trabalho, no qual se buscou primeiramente calcular o total de produtores que efetivamente desenvolveram essas atividades com finalidades comerciais no período analisado (2013 a 2017) e, posteriormente, e identificar aqueles detentores de DAP, portanto enquadrados na categoria de agricultor familiar.

Os números das duas atividades demonstram uma redução no total de produtores no período considerado, ratificando a percepção de que tem havido uma concentração da produção. No caso dos produtores de frangos, a queda foi de 10,96%. No mesmo período, a produção estadual de frangos registrou queda de apenas 1,15%. Já no caso dos suínos, o número de produtores caiu 13,60%, enquanto a produção de animais registrou aumento de 17,73%.

Em relação à participação de agricultores familiares nessas atividades, chamou a atenção o elevado percentual de produtores que se enquadram nessa categoria. No caso dos

suinocultores, a média dos cinco anos demonstra que 76% dos produtores são agricultores familiares, percentual que é ainda maior no caso dos frangos de corte (79,06%). Há que se destacar ainda que esses valores dizem respeito apenas aos animais que se destinam ao abate, não sendo aqui dimensionada a participação de agricultores familiares em outros segmentos da cadeia, como é o caso da produção de leitões.

Tais números demonstram que a agricultura familiar segue sendo um ator relevante na pecuária catarinense. Contudo, ao longo do período analisado percebe-se uma tendência clara de redução do total de produtores e também alguns movimentos de redução da participação dos agricultores familiares. Esse movimento é especialmente evidente no ano de 2017, quando a participação dos produtores com DAP diminuiu nas duas atividades. Conforme as ponderações feitas ao longo desse artigo, essa queda mais abrupta em 2017 pode ser decorrente tanto da crise que assolou o setor de carnes em 2016, quanto da redução no número de DAPs ativas a partir daquele mesmo ano. Uma resposta mais objetiva a essa questão demandaria um estudo mais aprofundado sobre as trajetórias dos produtores, o que não era o objetivo do presente artigo.

Há que se ressaltar que a adoção de conceitos menos operacionais e com acepções mais amplas da categoria social “agricultor familiar” poderia dar origem a resultados ainda mais significativos. Contudo, obviamente exigiriam ferramentas e esforços adicionais que não estavam disponíveis para este estudo.

Tem se ciência também de que o presente estudo buscou identificar a participação do segmento familiar no total de produtores de suínos e frangos. Não se pode pressupor que a participação relativa seja a mesma na produção total (quantidade produzida), já que há algumas diferenças significativas em termos de escala entre os agricultores familiares e as demais categorias.

Não obstante essas considerações, pode-se afirmar que, apesar da concentração vivenciada nos últimos anos, a agricultura familiar continua tendo participação expressiva na produção de carnes em Santa Catarina.

5. Referências bibliográficas

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005. 219 p.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016-2017**. V. 1 – Florianópolis: Epagri/Cepa, 2017. 200 p.

EPAGRI/CEPA. **Números da Agropecuária Catarinense**. 2018 (no prelo).

XII Encontro de Economia Catarinense

Data: 10 e 11 de maio de 2018

Local: Uniplac – Lages – SC

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

MAPA. **Valor Bruto da Produção – VBP**. Janeiro/2018. Disponível em: www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

TALAMINI, Dirceu D.J.; KINPARA, Daniel I. Os Complexos Agroindustriais da Carne e o Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina. **Revista de Política Agrícola**. Ano 3, n. 2 – Abr./Mai./Jun., 1994.